



GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS¹

■ FELIX DRIVER

Centre for Geohumanities, Royal Holloway University of London

Recebido em: 10/09/2021

Aprovado em: 13/05/2022



Introdução

A geografia é uma disciplina que sempre teve uma reputação de ser “pé no chão”. Afinal, o seu foco é no mundo real, na forma de suas paisagens e no padrão do seu uso pelos seres humanos. A percepção sobre a “origem” da disciplina no mundo material muitas vezes associa a imagem de um geógrafo com a de um ativo pesquisador, mais engajado com o mundo do que distante dele. Ou, para ir direto ao ponto, muitas pessoas estão convencidas de que não tem como fazer geografia sem enfiar o pé na lama. Esta compreensão de geografia como uma busca constante foi personificada na figura de um explorador destemido, determinado a procurar a verdade em campo com seus próprios olhos em vez de confiar em especulações de geógrafos “de gabinete”. Hoje, são relativamente poucos geógrafos que se consideram exploradores neste sentido. Aliás, um geógrafo (Lowenthal, 1997) chegou ao ponto de descrever a si mesmo como um “*implorador temeroso*”! Entretanto, a noção de envolvimento com o mundo e o compromisso mais geral para abordar problemas do mundo real — tais como conflito

¹ Texto publicado originalmente em inglês (Imaginative Geographies) como capítulo no livro “Introducing Human Geography”: Cloke, P., Crang, P., & Goodwin, M. Introducing Human Geographies (3rd ed.). (Routledge, 2014), p. 234-48. Traduzido por Erika Tambke.

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, JAN/JUN DE 2022, N. 51, P. 176-193.

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

geopolítico, mudança climática, pobreza e injustiça — permanecem como uma forte característica de uma educação geográfica moderna. Esta é uma das principais razões pela qual afirmamos que a geografia importa.

O objetivo deste capítulo é considerar como as pessoas imaginam a geografia de culturas e lugares e, também, porque isso importa. A inclusão de um tema como esse em um livro de geografia pode parecer um luxo, dada a ênfase da prática do trabalho de campo e sua relevância mundial que teve tamanha influência em nossa disciplina. Por que focar em geografias “imaginativas” quando existem tantos problemas do mundo real para se lidar? Não podemos deixar para as outras disciplinas lidarem com isso, já que estão mais preocupadas com as ficções do que com os fatos, mais com as impressões subjetivas do que com as realidades objetivas? O argumento deste capítulo é que, longe de ser uma distração, o estudo de geografias imaginativas é uma das razões pela qual a geografia permanece relevante para o mundo conturbado do século 21.

Geografias imaginativas e por que elas importam

Neste capítulo, o termo *geografias imaginativas* se refere a mais do que as percepções subjetivas dos indivíduos. Ainda que todo ser humano seja único, e cada um experimente o mundo de um jeito particular e, paralelamente, as imagens com as quais vivemos são inerentemente sociais. Pense nas palavras que usamos ou os desenhos que fazemos: estes dependem de sistemas compartilhados de comunicação, códigos ou linguagens, que, por sua vez, dependem de uma comunidade mais ampla cuja extensão espacial normalmente se estende muito além da sua experiência real. Apesar dos escritores do Ocidente há tempos entenderem “imaginação” em termos subjetivos, associando com a licença criativa ou o gênio individual, não existe razão para não pensarmos imaginação de outras formas. Desde as origens da antropologia moderna no século XVIII, as culturas foram entendidas em termos de crenças e práticas compartilhadas; e, pelo menos, desde o nascimento da psicologia moderna no final do século XIX, nós chegamos a reconhecer que estas devem estar enraizadas tanto no campo do inconsciente como no campo do pensamento e da ação. Certamente existem muitas maneiras de se conceber essas formas de pensar ou padrões de comportamento: o ponto fundamental é que elas são mais do que a obra de mentes individuais. Em outras palavras, a imaginação é social assim como individual.

Voltando-se ao conteúdo dessas geografias imaginativas, começemos com a

questão da identidade, a compreensão que temos do nosso lugar no mundo. Eu tenho uma certidão de nascimento que me diz de onde vim e um passaporte que declara a minha nacionalidade. Também posso me identificar como pertencendo a uma certa região, geração, classe, gênero e um grupo étnico. Mas como isto define o meu senso de identidade? Depende muito de como eu imagino que elas se relacionem entre si; no grau que eu pertencço a um número de diferentes comunidades e, não menos importante, em como eu sou identificado pelos outros. Esses sentidos de identificação — subjetivo, intersubjetivo ou imposto — podem muito bem mudar com o tempo. Mais que isso, as respostas a essas perguntas sobre a identidade pessoal dependem muito da circunstância em que elas são feitas: em um posto na fronteira, em um bar, em um trem, em casa, em um questionário ou no censo. Em outras palavras, identidades são questões complicadas: elas se formam não apenas por nossas características físicas ou posições sociais, mas também por imagens, aquelas que nós mesmos construímos para fazer sentido do mundo, as imagens dos outros e aquelas da sociedade em que vivemos. Neste capítulo, vou considerar apenas algumas das tantas formas em que as culturas e os lugares são imaginados: a questão geral é que essas geografias imaginativas ajudam a formar nosso sentido não apenas sobre o significado das culturas, mas do nosso sentido mais íntimo de nós mesmos (Valentine, 1999; May, 1996).

As geografias imaginativas fazem diferença, isto é, são reais. Vejamos o exemplo dos passaportes: são documentos feitos de imagens — a cópia impressa, as fotografias, impressões, os selos, códigos digitais, dados biométricos — tudo isso compõe uma forma bem material de identificação. Esse documento define nossas vidas ao fazer com que residência, nacionalidade e mobilidade, sejam acessíveis para nós sob certas condições, e ao mesmo tempo, restringem nosso acesso a elas em outros lugares do mundo. Obviamente, este é um exemplo muito particular dos efeitos que as imagens impressas podem ter: os códigos visuais que constituem um passaporte são imensamente poderosos, marcando o quanto a definição de identidade no mundo moderno está vinculada ao poder dos estados.

Vamos a mais um exemplo, menos óbvio: as imagens da infância. Como essas imagens formam a geografia do mundo que a gente vive? A resposta para tal pergunta é inevitavelmente complexa, especialmente dada a ampla variedade de como a infância é e vem sendo imaginada. Na Europa, por exemplo, imagens da infância sofreram mudanças consideráveis, notavelmente no século XIX, período em que a escola em massa começou. Muitas de nossas ideias sobre o que era para ser, para parecer ou se

comportar como criança tem origem nesse período, com a exclusão gradual de jovens crianças do mundo do trabalho pago, o surgimento dos movimentos de proteção infantil e o desenvolvimento de novas concepções de delinquência juvenil associada à urbanização moderna. O caso é que essas mudanças foram, em alguma medida, imaginativas — demandaram novas visões da infância — e todas elas tiveram consequências práticas para a geografia da vida de crianças. O mesmo pode ser dito para outros aspectos da identidade, tais como as concepções de masculinidade e feminilidade, corpos com ou sem deficiência, branquitude e negritude ou loucura e sanidade. Imagens também têm efeitos reais.

Estudo de caso 1. Geografia e a imagem visual: conhecimento corporificado

Há muito tempo que as imagens visuais são consideradas importantes fontes de informação geográfica. A paciente habilidade, quase de perícia, empregada pelos geógrafos na interpretação de mapas e fotografias aéreas há tempos, continua a desempenhar um papel em nossa disciplina hoje, assim como o uso de microscópios de alta precisão e a análise auxiliada por computador de dados de sensoriamento remoto. Mas as imagens visuais não são simplesmente bancos de dados congelados, reflexos de padrões estabelecidos para serem trazidos à vida: elas também representam informações de maneiras específicas que, por si só, estão longe de serem neutras ou evidentes. Os geógrafos devem, portanto, estar interessados na natureza das formas e códigos de representação, como eles evoluíram ao longo do tempo e como podem estar relacionados com a circulação de geografias imaginativas de cultura, paisagem e identidade (Harley, 2001; Rose, 2011; Schwartz, 1996).

Esta ênfase na importância da representação, particularmente no campo da geografia cultural, foi recentemente contestada. Alguns críticos argumentam que a exaltação nas formas como as pessoas representam o mundo desviou a atenção das questões de prática e hábito: seria melhor começar, sugerem eles, com a questão do que as pessoas realmente fazem no mundo, do que com a forma como pensam a respeito ou representam o que eles fazem. Na verdade, tais argumentos têm uma longa história nas ciências sociais que remonta a pelo menos dois séculos. Além disso, o debate sobre o que hoje é chamado de “teoria não representativa” não é sobre a importância das imagens ou das geografias imaginativas em si: é sobre como os mundos são realmente feitos e onde é melhor começar o processo de interpretação (Thrift, 1999).

O processo de fazer geografias imaginativas envolve uma variedade de práticas

e conhecimentos integrados: não é simplesmente um produto do pensamento consciente. Tomemos, por exemplo, o impressionante esboço de paisagem do diário de bordo de um jovem aspirante em um navio da Marinha britânica no espetacular porto do Rio de Janeiro em 1817, a caminho de uma missão na Austrália (discutido em Driver e Martins, 2002). Esta retrata o conhecido Pão de Açúcar, com características costeiras e fortificações próximas. Essas perspectivas faziam parte de uma forma estabelecida de ver, um código visual comum através do qual as paisagens podiam ser reconhecidas e mapeadas desde o mar. Na interpretação desta imagem é necessário considerar as formas e técnicas precisas através das quais este conhecimento tomou forma; as redes através das quais estas competências foram aprendidas e aplicadas; e os contextos materiais, institucionais e sociais em que adquiriram valor. O levantamento costeiro, tal como o mapeamento em geral, era um trabalho integrado, que exigia tipos específicos de competências e disciplina. Imagens como estas não são apenas projeções do olho da mente, mas vínculos integrados e trabalhados em relação ao mundo.

Imaginando culturas

Como as culturas são ‘imaginadas’? Considere a imagem na Figura 1. Ela formou o frontispício de *A História Concisa do Mundo*, um precursor das enciclopédias multimídias atuais, publicada em 1935 pela *Associated Newspapers*. Tal obra de referência teve como objetivo fornecer, com uma única obra impressa — agora do tamanho de um cd — a história completa da humanidade, desde os primórdios até os dias atuais. A história do desenvolvimento humano foi concebida frequentemente como uma espécie de árvore genealógica. Neste caso, literalmente. A narrativa da história humana é apresentada através da procissão de figuras emblemáticas, cada uma representando uma civilização ou cultura distinta. No pé da página, a sequência culmina com uma imagem da família moderna, que os leitores britânicos nos anos 1930 reconheciam como completa com um animal doméstico.

estabeleceu o padrão para uma série de trabalhos semelhantes, direcionados a um público amplo. Prometendo nada menos que uma história épica do mundo, a Figura 1 a apresenta como um desfile ou uma procissão monumental. Uma divisão crucial de caminhos aparece logo no começo da história. As figuras do lado esquerdo correspondem a uma sequência da civilização que seriam reconhecidas pelos leitores do início do século XX: através de persas, gregos, romanos, passando pelo período medieval, pela renascença, pelo Vitoriano e até o século XX. Cada uma das imagens é representada com diferenças sutis, com a postura e a vestimenta marcando as características do seu tempo. E existe uma sensação de progressão, desde a era da destreza marcial, passando pelo ritual cordial até o mundo moderno do núcleo familiar. Esta é a história da progressão por domesticação: um conto evolucionário em que, em última instância, os valores do moderno não apenas ganham sobre o primitivo, mas talvez até mesmo sobre a própria natureza. Contudo, no outro lado da imagem, nada disso se aplica. Aí vemos um conjunto heterogêneo de culturas, incluindo os egípcios antigos, fenícios, chineses, japoneses, indianos e indígenas norte-americanos. Não há um sentido de progressão nessa sequência. E, como que para enfatizar isso, um casal africano vestido modestamente é colocado no pé da cadeia, o homem armado com lança e escudo. A mensagem geral é clara: a história humana é dividida em duas. O Ocidente é o domínio do progresso, no qual a história evoluiu em etapas sucessivas até o formato da família moderna. O resto da humanidade, por outro lado, é retratada mais como um espetáculo do que um desfile. Longe de serem sujeitos genuínos, essas pessoas devem ser mantidas em seus devidos lugares: em termos imaginativos, essas são o que um antropólogo chamou de “as pessoas sem história” (Wolf, 1982).

Vista dessa forma, essa imagem pode ser conectada a tradições de pensamento mais amplas sobre a história cultural — e geografia. Por exemplo, poderia ser interpretada como uma versão popular de tradições mais acadêmicas de ‘Orientalismo’, como analisado por Edward Said em seu livro influente publicado em 1978, no qual o termo ‘geografias imaginativas’ foi nomeado pela primeira vez. Said argumentou que culturas não-ocidentais em geral (e aquelas do ‘Oriente’ em especial) são frequentemente representadas por analistas ocidentais como sendo estáticas, exóticas e atrasadas. Ele também expôs que essas imagens desempenharam um papel importante na construção histórica de uma imagem contrastante da Europa — e do Ocidente em geral — como dinâmica e progressista. Para Said, tais geografias imaginativas, baseadas na oposição binária entre o Ocidente e o Resto, tiveram um

papel importante na história das relações de poder global durante os últimos dois séculos. Qualquer que seja o mérito de sua tese, que tem sido debatida intensamente (Gregory, 1995; MacKenzie, 1995), algo nesse padrão é representado na Figura 1. O argumento de Said levanta questões fundamentais sobre a nossa compreensão da cultura e história globais. No lugar de uma geografia imaginativa baseada na oposição binária entre o Ocidente e o Resto, ele nos estimula a repensar a história global como um padrão mais complexo de histórias interligadas e geografias de intersecção.

O trabalho de Said enfatizou o papel das ideias sobre o Outro na construção das geografias imaginativas da cultura, ou seja, ele estava interessado nas maneiras que a história Europeia foi criada a partir de, essencialmente, uma oposição entre o europeu civilizado e o não europeu não-civilizado, ou aquele por ser civilizado (Hall, 1992b). Embora fosse simplista sugerir que esta foi a única maneira que europeus imaginaram outras culturas, vale destacar o quão comum e duradouro são esses estereótipos. Um exemplo pode ser encontrado em um livro chamado *A Vida nas Ilhas dos Sul* (*Life in the Southern Isles*), publicado em 1876 por um missionário (e membro da Royal Geographical Society). O livro mostra duas visões antagônicas de uma cena no vilarejo de uma ilha no Pacífico, supostamente antes e depois da conversão ao cristianismo. A primeira descreve os ilhéus participando de uma dança cerimonial, vestindo saias de ráfia e conchas, relegados a uma vida hedonista. No segundo, eles se transformam em uma comunidade tranquila, domesticada e civilizada, remanescente de uma paisagem inglesa idealizada do século XVIII. Tais imagens do “antes” e “depois” eram comuns como parte dos registros missionários neste período e tinham a intenção de promover a causa missionária na Europa. Como os historiadores mostraram, era frequente que esses escritos pouco se relacionassem com as realidades no local (Thomas, 2010). Mesmo assim essas imagens eram importantes, não apenas porque refletiam a imaginação dos missionários, mas porque foram formadas com um público específico em mente - os apoiadores da missão e os patrocinadores que estavam na Inglaterra. Olhando a imagem mais de perto, está claro que os nativos “pagãos” não foram simplesmente convertidos ao cristianismo e comércio: tanto eles como a sua paisagem foram anglicizados de maneira que pudessem ser reconhecidos pelos leitores. Uma transformação imaginada — o impacto prometido de Europeus nos ilhéus do Pacífico — resultou no ato da inversão geográfica: imaginariamente, pelo menos, a ilha se tornou a Inglaterra.

Mapeando culturas

Estudos de geografias imaginativas do império muitas vezes se concentraram na ideia do mapeamento de maneira geral e, especialmente, na prática da cartografia. Por seu efeito tanto iconográfico como concreto, o mapa muitas vezes foi interpretado como uma das ferramentas mais poderosas do império (Harley, 2001). Há um século atrás, os mapas do império britânico, com seus lotes de terra dispersos em rosa imperial², não eram apenas encontrados em atlas. Eles adornavam muitas paredes de salas de aula e eram amplamente reproduzidos em jornais, publicidade e publicações oficiais. Frequentemente representado na forma de um mapa global na projeção de Mercator, além de centralizado no meridiano de Greenwich, o efeito era de trazer o alcance global do império britânico para o primeiro plano ao mesmo tempo que ofuscava a fragilidade real do território por governar desde uma pequena ilha.

A Figura 2 mostra um famoso exemplo desse mapa imperial, produzido originalmente como um suplemento do *The Graphic* (um jornal ilustrado) em 1886, e que tem sido amplamente reproduzido como impresso ou em versão digital. Ainda hoje ele aparece como uma ilustração em muitos livros de história e recursos online voltados para a educação. Pode também ser comprada como um impresso e emoldurado pelo museu Victoria and Albert, em Londres. Seu status exemplar como um ícone do império britânico se apoia na impressionante combinação de dois registros diferentes: a infraestrutura (representada no mapa pelas estatísticas comerciais, e as linhas que conectam os principais portos) e o fantástico (em especial pelo emprego de corpos humanos, flora, fauna no entorno de suas margens repletas para remeter a continentes inteiros, raças e paisagens).

² NT: mapas do império britânico indicavam as áreas sob seu domínio com a cor rosa, o que acabava por destacar tanto a sua extensão no mundo como a proporção em relação aos demais países.



Figura 2: 'Mapa da Federação Imperial Mostrando a Extensão do Império Britânico em 1886', The Graphic, Suplemento, 24 de julho de 1886. Crédito: em domínio público.

Com a combinação de elementos gráficos e pictóricos, esta imagem transborda simbolismo, cuja interpretação requer uma consideração atenta tanto de conteúdo como contexto (ver Driver, 2010). Uma pista importante é fornecida pelos banners desenrolados na sua moldura superior, celebrando a “liberdade”, a “fraternidade” e a “federação”. O último termo – federação – refere-se a um movimento dentro do Império Britânico para a reorganização política do governo imperial, associado a uma organização (a Liga da Federação Imperial), que patrocinou a produção do mapa. A segunda pista é fornecida pela data, julho de 1886, que liga a imagem a um momento culminante da criação de imagens imperiais associada à Exposição Indiana e Colonial em Londres, que teve alta popularidade. Outras pistas são sugeridas por alguns detalhes da iconografia – incluindo, por exemplo, a justaposição de figuras luxuosamente vestidas (como a mulher vestida de peles, representando o Canadá) com outras retratadas passando por dificuldades em meio à abundância (como o carregador asiático semivestido, curvado sob o peso de seu fardo). Pode se perguntar ainda sobre a homenagem às virtudes do trabalho espalhadas por toda a imagem, principalmente nas palavras “trabalho humano” discretamente inscritas em uma bandeira usada pelo

deus Atlas enquanto ele apoia o mundo da Grã-Bretanha. Ou você pode ficar intrigado com os chapéus das figuras femininas com drapedos clássicos flutuando acima da cena, especialmente porque eles têm uma clara semelhança com o barrete frígio vermelho, usado pelos escravos libertos na Roma antiga. Este boné foi adotado como um símbolo revolucionário de liberdade em toda a Europa e América do Norte, e foi amplamente utilizado como um ícone anticolonial. Na verdade, ainda figura tanto na bandeira da República do Haiti como no selo do Exército dos EUA.

Uma vez que procuramos, há pistas suficientes nesta imagem – os barretes da liberdade, as bandeiras da liberdade, a iconografia bucólica claramente marcada no gênero e a estrutura semelhante a uma tela que envolve o mapa (criando um efeito visual não muito diferente daquele da ilustração de um livro ou uma cenografia) – para sugerir uma fonte bastante inesperada para o mais imperial dos mapas. Na verdade, o design foi obra de um conhecido designer e ilustrador socialista Walter Crane, cujo monograma diferenciado, combinando o esboço de um guindaste com suas iniciais, aparece no canto inferior esquerdo. A ligação com Crane, descoberta apenas recentemente por um geógrafo cultural (Biltcliffe, 2005), levanta questões interessantes sobre as ligações entre a iconografia do império e do socialismo neste período, especialmente no contexto das ideias contemporâneas relativas à colonização, raça e trabalho. É intrigante, por exemplo, traçar comparações e contrastes entre a iconografia do mapa imperial de Crane e a do frontispício da edição americana da influente obra socialista de William Morris, *News From Nowhere*, publicada apenas quatro anos depois (Figura 5). Nesta imagem, a solidariedade do trabalho é representada através dos braços unidos de uma irmandade transcontinental, ainda que exclusivamente masculina, enquanto o anjo da liberdade olha para baixo, desdobrando as suas bandeiras de fraternidade e igualdade.

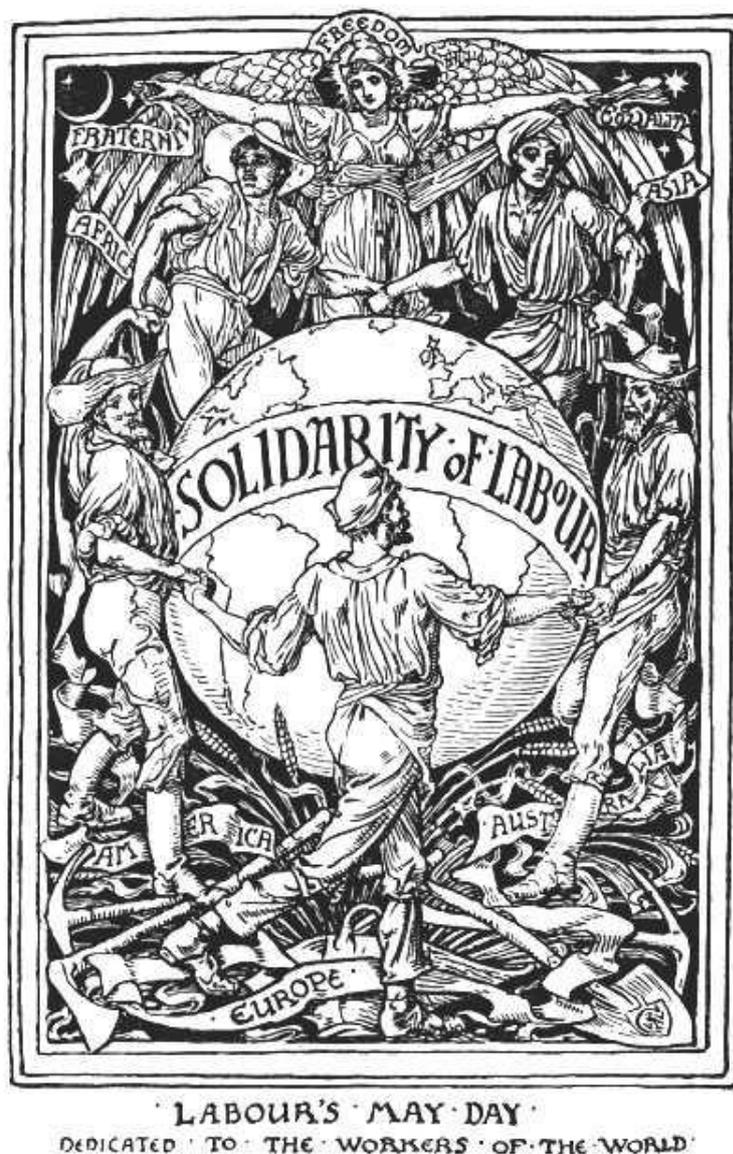


Figura 3: 'Dia de Maio do Trabalho, Dedicado aos Trabalhadores do Mundo', de Walter Crane, frontispício de W. Morris, *News from Nowhere*, 1890. Crédito: em domínio público.

Estudo de caso 2. Geógrafos e a imagem visual: da teoria à prática

O interesse dos geógrafos pelo campo imaginativo levanta questões sobre a nossa capacidade não apenas de interpretar o mundo tal como o encontramos, mas também de intervir nele. Isto exige uma reflexão mais profunda sobre as formas como as imagens de pessoas e lugares são feitas e o papel que desempenham na comunicação. Significa também levar a sério a ideia de que na nossa prática profissional e pedagógica como geógrafos, já estamos envolvidos na produção de geografias imaginativas: a construção do conhecimento geográfico, seja na era clássica da exploração ou no mundo dos meios digitais, tem sempre foi sobre a mobilização de imagens. Neste contexto, é

notável que os geógrafos estejam cada vez mais envolvidos em colaborações criativas com artistas visuais e outros para quem o projeto de uma geografia imaginativa oferece o potencial de inspiração, bem como de crítica (Driver et al, 2002; Hawkins, 2010).

O potencial dos meios visuais para desafiar suposições entendidas como certas forneceu o ponto de partida para uma recente exposição pública realizada na Royal Geographical Society (com o IBG), em Londres, intitulada *Histórias Ocultas de Exploração* (Driver e Jones, 2009). O objetivo da exposição era destacar as contribuições de muitas pessoas que tornaram a exploração possível, porém raramente ocupam o centro do palco. Em vez da ênfase usual no explorador heroico, a exposição chamou a atenção para o papel dos habitantes locais e intermediários cujo trabalho tornou possíveis as viagens de exploração: guias e intérpretes, pilotos e carregadores, e assistentes de campo. Apresentou diversas histórias exemplares a partir de elementos das coleções históricas únicas do RGS-IBG – incluindo manuscritos, esboços, mapas, pinturas, gravuras, fotografias e filmes – num espaço expositivo concebido para atrair os visitantes para uma narrativa alternativa.

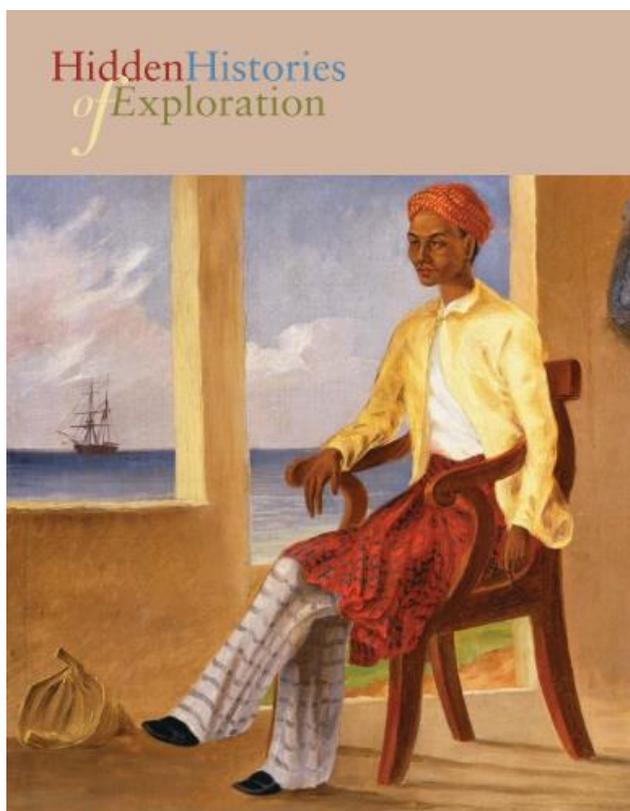


Figura 4: Pôster da exposição 'Hidden Histories of Exploration'. Crédito: Real Sociedade Geográfica (com IBG).

Tornar visível a atuação daqueles que normalmente estão ocultos da história é, em parte, um desafio de design. Nesta exposição, uma variedade de estratégias espaciais ajudou a dramatizar a narrativa geral. A primeira envolveu uma inversão de papéis: os retratos e histórias dos “assistentes locais” (muitas vezes líderes por direito próprio) receberam destaque, enquanto os exploradores europeus foram subservientes à narrativa principal. Se esta abordagem tendeu simplesmente a inverter os termos do modelo “heroico”, uma segunda estratégia, que envolveu a justaposição de imagens de exploradores europeus ao lado de seus colaboradores, serviu para levantar questões sobre a natureza coletiva do trabalho de expedição. Uma seção fundamental da exposição, intitulada “Parcerias difíceis”, foi inspirada na ideia de que o conhecimento geográfico resultante das expedições era, na verdade, coproduzido. Finalmente, através do redimensionamento seletivo das imagens de arquivo, o designer da exposição conseguiu possivelmente o efeito mais dramático de todos. Através de sua reprodução ampliada na parede da galeria, uma folha de arquivo com fotografias de carregadores *sherpas* recrutados para uma expedição ao Everest em 1936 foi transformada em uma série de retratos individualizados, que atraíram muitos comentários dos visitantes. Por esses meios, assuntos normalmente ocultos da visão invisíveis ganharam visibilidade.



Figura 4: Dra. Rita Gardner, Diretora da Royal Geographical Society (com IBG), abre a Exposição ‘Histórias Ocultas de Exploração’ em outubro de 2009. Os retratos *Sherpa* de 1936 estão na parede atrás. Crédito: Philip Hatfield com permissão da Dra. Rita Gardner, RGS.

Conclusão

Imagens do tipo que consideramos neste capítulo ajudam a compor “geografias imaginativas”, representações de lugar, espaço e paisagem que estruturam a compreensão do mundo pelas pessoas e, por sua vez, ajudam a moldar as suas ações. Elas têm uma existência real e efeitos reais; ou seja, são importantes. Em algumas circunstâncias, expressões particulares de uma geografia imaginativa podem ser julgadas falsas ou parciais: mas isso não quer dizer que tais imagens sejam inconsequentes. Quer as consideremos ou não como essencialmente verdadeiras ou falsas, as geografias imaginativas têm implicações significativas na forma como as pessoas se comportam. E certamente não são simplesmente coisas do passado.

O ressurgimento de novas formas de orientalismo nas representações de conflitos militares recentes é um lembrete da importância contínua das geografias imaginativas. Antes da invasão americana do Afeganistão governado pelos Taliban em 2001, um historiador militar afirmou identificar uma diferença essencial entre as abordagens “ocidentais” e “orientais” da guerra: “Os ocidentais lutam cara a cara, em batalhas corpo-a-corpo...Os orientais, em contraste, evitam a batalha no campo” (Keegan, citado em Driver, 2003). Tendo em conta a natureza da tecnologia militar moderna, que permite a realização de massacres inimagináveis sem a inconveniência do confronto “cara a cara”, estas observações são cruelmente irônicas. Ao expressar dúvidas se o conflito poderia ser melhor compreendido em termos religiosos, o mesmo analista se voltou a uma tese ainda mais crua: “Esta guerra pertence a um espectro muito mais amplo de um conflito muito mais antigo entre ocidentais como produtivos, criativos e estabelecidos e orientais como predatórios e destrutivos.” Como Derek Gregory argumenta no seu livro *The Colonial Present*, tais afirmações reproduzem as estruturas discursivas do Orientalismo, reduzindo situações políticas complexas a uma oposição essencial entre o Ocidente civilizado e os seus Outros bárbaros. A “guerra ao terror” liderada pelos Estados Unidos levantou questões de longo alcance sobre o papel de tais geografias imaginativas na busca do poder geopolítico.

As geografias imaginativas, contudo, não são simplesmente instrumentos dos Estados e das elites. Continuam também a circular numa ampla variedade de domínios públicos e comerciais – por exemplo, através da televisão, do cinema, de jornais e revistas, de livros escolares, de publicidade, de jogos de computador ou da internet. E a sua influência estende-se para além dos textos e das imagens, estendendo-se às

paisagens materiais: conjuntos habitacionais, casas suburbanas, centros comerciais, reservas naturais, destinos turísticos e parques temáticos podem fornecer locais férteis para o estudo de geografias imaginativas no século XXI. Como exemplo, o que deveríamos pensar, do fascínio japonês pelas reproduções de paisagens culturais “exóticas” no seu próprio país? Em Maruyama, uma grande empresa transnacional foi contratada pelas autoridades da cidade para construir um “Shakespeare Country Park”, uma abstração concreta da cultura elisabetana, completa com moradia, pousada, teatro, jardim e aldeia verde. Seria fácil interpretar isto simplesmente como um exercício de consumismo, um mito “*a la Disney*” da “*Merrie England*”³. No entanto, a atenção aos detalhes na arquitetura e no design do local, assim como a tradição singular de peregrinação recreativa dentro da cultura japonesa, sugerem uma história mais complexa (Chaplin, 1997).

O caso do parque temático contemporâneo levanta algumas questões metodológicas mais amplas: como devemos interpretar o significado e os efeitos das geografias imaginativas? Esta não é uma tarefa fácil: na verdade, se fosse, não haveria necessidade de ler mais! Para interpretar uma paisagem, um texto ou uma imagem, é claramente necessário entrar no mundo de quem criou estes artefatos; compreender suas ideias, valores e relacionamentos. Uma vez que reconhecemos que o processo de criação envolve mais do que uma única intenção e que, normalmente, requer a participação de muitas pessoas diferentes, a questão começa a parecer muito mais complexa. E isto não é tudo: um parque temático, tal como um mapa, poderá transmitir significados bastante diferentes a pessoas diferentes, e elas também carregarão consigo uma grande variedade de experiências, preconceitos e desejos. Interpretar geografias imaginativas exige, então, que pensemos não apenas no seu conteúdo, mas também na sua forma; e não apenas sobre o que dizem, mas como o disseram e para quem. E embora possamos achar útil pensar nas geografias imaginativas como “formas de ver”, não devemos esquecer que elas são também locais de interação e intervenção. O desafio para o geógrafo não é tornar as geografias imaginativas mais reais, mas sim torná-las mais verdadeiramente humanas.

³ N.T.: “*Merrie England*” se traduz literalmente como “*Inglaterra Feliz*”. A expressão se refere a uma ideia de uma Inglaterra idealizada, em seus modos e símbolos, que incluem desde seus campos bucólicos à gastronomia, no que seria uma essência inglesa. O termo tem origem na Idade Média, mas é muito associado ao período moderno inglês. Não raramente apresenta um caráter um pouco nostálgico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILTCLIFFE, P. 2005 Walter Crane and the Imperial Federation Map Showing the Extent of the British Empire (1886). *Imago Mundi*, 57, 63-9.
- CHAPLIN, M. 1998 Authenticity and otherness: the Japanese theme park. *Architectural Design*, 131, 76-9.
- COSGROVE, D. 2008 *Geography and Vision: Seeing, Imagining and Representing the world*. London: I. B. Tauris.
- DRIVER, F. 2003 The geopolitics of knowledge and ignorance. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 27, 131-2.
- DRIVER, F. 2010 In search of the imperial map: Walter Crane and the image of empire. *History Workshop Journal* 69, 146-57.
- DRIVER, F. 2013 Hidden histories made visible? Reflections on a geographical exhibition. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 38, 420-35.
- DRIVER, F. & JONES, L. 2009 *Hidden Histories of Exploration: Researching the RGS-IBG Collections*, London: RGS-IBG.
- DRIVER, F. & MARTINS, L. 2002 John Septimus Roe and the art of navigation, c.1815-1830. *History Workshop Journal*, 54, 144-61.
- DRIVER, F., NASH, C., PRENDERGAST, K. & SWENSON I., 2002 *Landing: Eight Collaborative Projects between Artists and Geographers*. London: Royal Holloway.
- GREGORY, D. 1995 Imaginative geographies. *Progress in Human Geography*, 19, 447-485.
- GREGORY, D. 2004 *The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq*. Oxford: Blackwell.
- HALL, S. 1992 The West and the rest. In S. Hall & B. Gieben (eds) *Formations of Modernity*. Oxford: Polity.
- HARLEY, J. B. 2001 *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- HAWKINS, H. 2010 Placing art at the RGS-IBG. In *The Creative Compass: New Commissions by Agnès Oitevin-Navarre and Susan Stockwell*. London: RGS-IBG.
- Hidden Histories of Exploration* website: <https://www.rgs.org/our-collections/stories-from-our-collections/online-exhibitions/hidden-histories-of-exploration>
- LOWENTHAL, D. 1997 *Geographical Journal*, 355.
- LUTZ, C. & COLLINS, J. 1993 *Reading 'National Geographic'*. Chicago: University of Chicago Press.
- MACKENZIE, J. 1995 *Orientalism: History, Theory and the Arts*. Manchester: Manchester University Press.

- MAY, J. 1996 'A little taste of something more exotic': the imaginative geographies of everyday life. *Geography*, 81, 57-64.
- ROSE, G. 2011 *Visual Methodologies: An Introduction to Interpreting Visual Materials*, third edition. London: Sage.
- THOMAS, N. (2010) *Islanders: The Pacific in The Age of Empire*, Yale University Press: New Haven.
- SAID, E. 1978 *Orientalism*. Harmondsworth: Penguin.
- SCHWARTZ, J. 1996 The geography lesson: photographs and the construction of imaginative geographies. *Journal of Historical Geography*, 22, 16-45.
- SCHWARTZ, J. & RYAN, J. (eds) 2003 *Picturing Place: Photography and the Geographical Imagination*. London: I. B. Tauris.
- THRIFT, N. 1999 Steps to an ecology of place. In Massey, D., Allen, J. & Sarre, P. (eds) *Human Geography Today*. Cambridge: Polity Press.
- VALENTINE, G. 1999 Imaginative geographies. In Massey, D., Allen, J. & Sarre, P. (eds) *Human Geography Today*. Cambridge: Polity Press.
- WELLS, H. G. 1920 *The Outline of History*. London: Cassell.
- WOLF, E. 1982 *Europe and the People Without History*. University of California Press: Berkeley.